

Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras

Angela Duarte Damasceno Ferreira
Resumo por: Laís D'Isep e Lina Almeida

Com contribuições de outros alunos e do professor

O pensamento clássico de um desenvolvimento da agricultura subordinado às lógicas industriais predominou nas construções sociais sobre o rural até o fim dos anos 80 nos países de capitalismo avançado e até um pouco mais tarde no Brasil. Pressupunha o declínio e desaparecimento do rural. De acordo com Ferreira (2001), os teóricos clássicos das ciências sociais presumiam o enfraquecimento do meio rural diante da urbanização e industrialização, abrangendo nomes como Spencer, Durkheim, Marx e Weber. Para Reis (2006), estes dois últimos apresentam a dicotomia entre rural e urbano como representando classes sociais divergentes. Consideravam o cenário europeu do século XVII, no qual o rural era associado às práticas antigas. Marx também trata dessa dicotomia como a representação de uma forma de divisão do trabalho entre manual e intelectual. Durkheim, precursor da ideia do fato social como objeto de estudo da sociologia, propõe que a organização espacial e social estão diretamente ligadas (CARMO, 2009).

De fato, com sua modernização, a agricultura perdia a capacidade de criar empregos, tornando-se subordinada aos processos de agroindustrialização. A generalização da cultura urbana levava igualmente a pensar que a permanência de formas sociais diferenciadas da produção agrícola e suas singularidades seriam um resquício de um rural em extinção.

Na década de 90, o espaço rural passa todavia a ser considerado como local de potencialidades, tanto pela retomada de processos como crescimento demográfico, diversificação ocupacional e aumento na oferta de trabalho, como em função das novas associações e movimentos sociais de base rural que questionavam as políticas rurais e agrícolas desenvolvidas até então.

Ainda que a visão clássica de subordinação da agricultura e do rural ao desenvolvimento urbano industrial continue a influenciar a análise da ruralidade, algumas tendências e características podem ser reconhecidas no rural dos países de capitalismo avançado, segundo estudo de diversos autores.

Dentre essas tendências consideradas, destaca-se a revitalização demográfica, com crescimento superior de habitantes em áreas rurais em comparação aos centros urbanos. O meio rural passa a se dissociar da atividade agrícola. Também há a tendência crescente do ambiente rural se tornar local de residência para trabalhadores urbanos e aposentados devido a suas vantagens comparativas em relação ao urbano. Ademais, o rural abriga cada vez mais famílias de agricultores crescentemente pluriativas.

O rural também passa a ser visto como local no qual a paisagem é manejada e preservada, o que leva a reivindicações por uma agricultura mais ecológica, por uma multiplicidade de usos do solo e por revalorização da diversidade socioambiental e cultural dos territórios rurais.

Em contraposição, o rural pode ser considerado ambiente que deixou de ser local de qualidade em função dos problemas ambientais, implicando em degradação da saúde, causados pela agricultura moderna.

De todo modo, o rural começa a ser pensado como territórios do futuro por suas potencialidades de oferta de emprego não agrícola qualificado, ao mesmo tempo representando um ponto de referência e pertencimento

Quanto ao debate sobre estes pontos em torno do rural no Brasil, convém inicialmente mencionar que definições administrativas impõem que todas as municipalidades brasileiras sejam compostas de uma parte considerada urbana e de outra definida como rural, mesmo quando as cidades sejam bastante reduzidas. Deste modo, o Brasil “urbanizado” compreende mais de 80% da população, o que para alguns autores é uma distorção. Apesar desta polêmica, os dados do IBGE permitem avaliar características do rural brasileiro.

Estes números revelam que, em metade dos municípios com características rurais, não houve evasão populacional entre 1991-2000. Em 25% deste conjunto, houve inclusive aumento populacional superior em relação às áreas urbanas. A redução das migrações inter-regionais que antigamente reforçavam o êxodo rural (ou de pequenas cidades) explica em parte tal fenômeno. Entre 1998 e 1999, apenas o Centro-Oeste apresentava saldo migratório positivo.

Por outro lado, 71% da população rural estavam ocupadas na agricultura, mas existe redução progressiva e aumento consequente da ocupação não agrícola, assim como aumento de agricultores pluriativos.. A propósito, Sakamoto (2016) assinala que o estado de São Paulo apresenta maior propensão à pluriatividade do campo. Os fatores que explicam esse fenômeno da diversificação das atividades no ambiente rural são o aumento de escolaridade, envelhecimento das famílias rurais e também as intensas dinâmicas do mercado de trabalho.

Ferreira menciona que, no Brasil, ocorre um decréscimo no número de estabelecimentos rurais, ainda que estes empregassem 18 milhões de pessoas em 1996.. Convém destacar que a maior parte desta população ativa na agricultura brasileira é constituída por agricultores que trabalham com sua família, mesmo que esses numerosos estabelecimentos familiares ocupam área reduzida em relação àqueles patronais

Importante realçar que o apoio de políticas públicas desde meados dos anos 1990 aos agricultores familiares permite considerar um potencial de revitalização do meio rural. Talvez o maior marco deste amparo pelo Estado seja o Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, estabelecendo o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), visando a concessão de crédito à esses produtores. O PRONAF previu apoio igualmente à promoção do desenvolvimento da comercialização e infraestrutura da localidade nas quais predominava a agricultura familiar.

Considerando-se os períodos das safras entre 2002/2003 e 2015/2016, o valor destinado ao PRONAF passou de R\$ 2,3 bilhões para R\$28,9 bilhões (PLANO SAFRA 2015/2016), descrevendo uma trajetória crescente ao longo de todos os anos considerados nesse intervalo. Dessa forma, evidencia-se que pelo menos durante esses anos, ocorreram ganhos relativos de importância econômica, política e social da agricultura familiar no Brasil.

De outra parte, apesar do modelo produtivista ter se generalizado nas últimas décadas, no Brasil existem diferenças nos padrões tecnológicos e organizacionais

quando comparado aos países de capitalismo avançado, pois a agricultura tradicional persiste de forma considerável.

No que se refere à moradia em meio rural, em áreas próximas a grandes e médias cidades, o campo passou a ser visto como espaço residencial propício para pessoas trabalhando em centros urbanos e aposentados. Também há maior tendência de utilização do espaço rural como lugar de lazer e como paisagem, sendo um processo que enfrenta obstáculos como a ausência de boas estradas, serviços e infraestrutura para atividades turísticas. Ainda assim, observa-se o desenvolvimento de iniciativas de valorização de paisagens culturais específicas e de revitalização da cultura popular local. Um exemplo deste fenômeno pode ser observado no bairro de Santa Olímpia, localizado no município de Piracicaba/SP. A promoção da cultura da população fundadora do bairro, a trentino-tirolesa, ocorre através de realização de festas, como aquelas da Polenta e da Cucagna, organizadas anualmente.

Quanto ao problema ecológico, é notada a crescente participação de agricultores e outros rurais em debates ambientais, como o exemplo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que era originalmente distante das preocupações ecológicas. Porém hoje, o MST encoraja seus militantes a adotar práticas agrícolas mais conservacionistas do solo e recursos naturais, particularmente com a bandeira da agroecologia.

Por outro lado, cresce a crítica contra o modelo produtivista pelos consumidores, mais preocupados com a qualidade dos alimentos. Desta forma, os consumidores podem adotar hábitos alimentares mais condizentes com uma agricultura ecológica e ajudar os agricultores, permitindo a obtenção de um maior valor agregado para seus produtos. Por exemplo, na Bélgica existem grupos de consumidores que compram diretamente junto aos produtores, diminuindo o impacto ambiental (menos gastos em transporte e em infraestruturas). Estes grupos são conhecidos como Groupement d'Achat Commun (GAC), existindo em todo o território da Bélgica. Trata-se de iniciativa similar àquela das AMAP na França. Nesses tipos de grupos, os consumidores favorecem uma produção voltada para a qualidade em vez da quantidade. Então, se a qualidade não satisfaz as expectativas do consumidor, este último pode diretamente solicitar junto ao produtor iniciativas para melhorar seus produtos.

Na Europa esses tipos de organização são cada vez mais populares enquanto no Brasil ainda estão se desenvolvendo timidamente. Para aumentar o peso desses tipos de comercialização, o consumidor brasileiro deve estar mais consciente dos problemas sociais e ambientais da agricultura, bem como saber melhor avaliar a qualidade dos alimentos.

Por outro lado, no Brasil, o perfil de renda da população constitui uma barreira para que a preocupação sobre a qualidade do alimento seja efetivamente tomada em conta. Assim, o simples acesso ao alimento define a escolha alimentar, referenciada nos preços.

Também é válido salientar que o espaço rural é dinamizado por movimentos de volta à terra, tanto para os agricultores que não a possuem como para os migrantes rurais nas cidades. Ademais, trata-se de um espaço marcado por tendências e estratégias de diversificação dos estabelecimentos, por exemplo com atividades para-agrícolas (como a implantação de agroindústria familiar) e de associativismo.

A ruralidade no Brasil, em função de todos esses aspectos, tem caráter complexo e os processos que ocorrem nos espaços rurais não são unidirecionais, tendo cada região suas singularidades. Ainda assim, o rural pode ser projetado como

território do futuro principalmente devido aos esforços dos agricultores para viabilizar sua permanência no rural e na agricultura. Esses esforços compreendem uma grande diversidade de estratégias de reprodução social e evidenciam a potencialidade de implementação de uma política de combate à fome e à exclusão social, apesar de ações governamentais de apoio à agricultura familiar serem mais restritas que em países capitalistas avançados.

A principal diferença entre os países de capitalismo avançado e o Brasil, é que nos primeiros, o rural é considerado dissociado da agricultura, embora configurado em conjunto, enquanto que no caso brasileiro pode-se dizer que o rural se define predominantemente pela agricultura, mas efetivamente emergem outras atividades e iniciativas capazes de dinamizá-lo. De qualquer modo é fato que há uma revitalização rural em curso que não segue as pressuposições do modelo clássico, como no caso dos países de capitalismo avançado.

Atualmente, as tendências e processos que foram indicados em 2002, são confirmados por dados como aqueles do Atlas do Espaço Rural Brasileiro (IBGE, 2010). Com efeito, as grandes concentrações populacionais e a urbanização diferem os locais rurais dos urbanos.. No entanto, diversas cidades podem ser analisadas de acordo com formas sociais como vilas e povoados, visto que possuem abaixo de 20 mil habitantes. Também, a pluriatividade se torna uma realidade cada vez mais presente no campo, relacionada a atividades de lazer, turismo ecológico e rural, além de outras modalidades de uso não agrícola em espaço rural.

Alentejano (2011) observa que há uma incapacidade da sociedade urbano-industrial em incluir o contingente de trabalhadores das periferias das cidades, de modo que uma reforma agrária poderia possibilitar moradia e trabalho a muitas famílias. Ressalta ainda que, para essa reforma agrária, a principal mudança deva ser a inserção do agricultor na discussão sobre o modelo de desenvolvimento do país. Ainda destaca desafios a serem superados, tais como o incentivo à cooperação e solidariedade e uma punição nos casos de terras improdutivas, daquelas exploradas com base em formas ilegais de trabalho e de outras usadas para especulação.

Referências bibliográficas

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. **Questão agrária no Brasil atual**: uma abordagem a partir da geografia. Terra Livre, v. 36, p. 116-142, 2011.

CARMO, R. M. A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação. **Sociologias**, Porto Alegre, n° 21, p. 252-280, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222009000100011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 Apr. 2018.

FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras, **Estudos sociedade e agricultura**, n° 18, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2002, pp. 28-46.

PLANO SAFRA 2015/2016. Agricultura Familiar – Alimentos Saudáveis para o Brasil. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_383/plano%20safra%20cartilha.pdf. Acesso em: 17 maio 2018

REIS, D. S. dos. O rural e o urbano no Brasil. Encontro nacional de estudos populacionais. ABEP, 15. Caxambu, p. 01-13, 2006

SAKAMOTO, Camila Strobl; NASCIMENTO, Carlos Alves; MAIA, Alexandre Gori. As Famílias Pluriativas e Não Agrícolas no Rural Brasileiro: condicionantes e diferenciais de renda. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília , v. 54, n. 3, p. 561-582, Set. 2016 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032016000300561&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 17 Abr. 2018.